COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO N°, DE 2021

(Da Sra. TEREZA NELMA)

Requer a realização de audiência pública para debater "As violências contra a mulher negra durante a pandemia", no âmbito da Campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", promovida pela Secretaria da Mulher.

Senhora Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização Audiência Pública de forma híbrida para discutir o tema "As violências contra a mulher negra durante a pandemia", no âmbito da Campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", promovida pela Secretaria da Mulher. Para participar do debate, convidamos os representantes do/a:

- 1) Coalizão Negra por Direitos;
- 2) Movimento Negro Unificado (MNU);
- 3) Instituto Geledés;
- 4) Instituto Maria da Penha;
- 5) Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB);
- 6) Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma em cada quatro mulheres brasileiras acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, no período da pandemia de covid-19.





Esse número representa 24,4% das mulheres brasileiras, correspondendo a cerca de 17 milhões de vítimas de violência física, psicológica ou sexual em 2020. E quando consideramos os perfis raciais, 52,2% das mulheres pretas e 40,6% das mulheres pardas sofreram assédio nos últimos 12 meses, enquanto apenas 30% das mulheres brancas foram vitimadas.

Para além dos índices de violência, as mulheres negras também foram as mais afetadas pelos impactos socioeconômicos da pandemia, com a perda de emprego e renda e a impossibilidade de trabalhar fora de casa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 11 milhões de mães solo no país em 2018, e desse total 61% são mulheres negras. Ainda, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Visto isso, o debate sobre o tema tem profunda pertinência durante a Campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, uma vez que para se combater o racismo estrutural e o machismo, os quais afetam duplamente esse grupo de mulheres, são necessárias medidas efetivas de enfrentamento especialmente por parte das Casas Legislativas.

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados participa desde 2013 da Campanha Mundial "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", que, no Brasil, acontece de 20 de novembro a 10 de dezembro e é chamada de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pois seu início ocorre no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, considerando a dupla vulnerabilidade da mulher negra.

A Campanha busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. É realizada em escala mundial dia de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade.

A Campanha apresenta calendários adaptados à realidade de cada país, por isso, no Brasil, seu início é no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e passa pelo dia 6 de dezembro, Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A Campanha dos 16 dias de ativismo começou em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias





formas de violência contra as mulheres no mundo. No Brasil, a Campanha ocorre desde 2003. Cerca de 150 países já aderiram à Campanha.

A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como "Las Mariposas" e assassinadas em 1960 por fazerem oposição ao governo do ditador Rafael Trujillo, que presidiu a República Dominicana de 1930 a 1961, quando foi deposto.

Tradicionalmente, além dos eventos organizados pela Secretaria da Mulher e pelos órgãos parceiros para integrar a Campanha, a Bancada Feminina leva ao Colégio de Líderes uma lista de proposições prioritárias para votação em Plenário que visam à ampliação dos direitos das mulheres como mecanismo de combate à violência contra a mulher no país. As propostas apresentadas versam não só sobre projetos e iniciativas na área de segurança pública, mas também em proposições de âmbito social, político e econômico, como as que ampliam a presença feminina na política e as que propiciam maior autonomia financeira para as mulheres — ferramenta essencial para a quebra dos ciclos de violência doméstica.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2021.

Deputada TEREZA NELMA PSDB/AL



